

Geografia, cultura e participação política*

Miguel Sopas de Melo Bandeira¹

A breve reflexão que aqui apresentamos decorre de um daqueles contextos onde se conjugam as leituras de circunstância com as oportunidades oferecidas à partilha de ideias. Mais do que o esforço de resposta ao desafio temático lançado por um dos painéis integrantes das *Jornadas de Geografia em Guimarães* (2002), denominado *Cultura, Participação e Desenvolvimento* – deparávamo-nos então face a uma audiência maioritariamente preenchida por estudantes de graduação e jovens licenciados, cada vez mais ansiosa na expectativa de que estes eventos possam revelar perspectivas referenciais e orientadoras para o traçar dos seus rumos de autonomia. Conscientes deste facto e de que o ascendente directo do docente/investigador, tal como nos novos estilos de vida familiar, tende a prorrogar-se por mais tempo do que era habitual - quando havia uma inserção profissional exclusiva mais precoce - a relação académica, como é sabido, não se esgota hoje no processo de formação, incluída a pós-graduada, solicitando mesmo novas valências e atributos de abordagem que tendem a considerar, também eles, outras competências, tais como são as sociais e cívicas.

A este propósito, não deixa de ser sintomático notar que, ao mesmo tempo que decorriam as citadas jornadas, a reitoria da Universidade do Minho reunia com os representantes dos estudantes no sentido de formalmente passar a reconhecer e a certificar, como suplemento ao diploma de graduação, diversas actividades extracurriculares de índole associativa ou voluntária que estes exercessem ao longo do seu percurso escolar.

Ainda que o presente texto não releve tanto do campo empírico de uma investigação experimental, mas, sobretudo, do estímulo ensaístico fundamentado na reflexão vivencial de duas décadas de exercício da profissão, a sugestão central do tema da participação cívica, agora tão em voga nos trilhos calcorreados pelas Ciências Sociais, remete-nos não só, como vem sendo recorrente, para a indagação axiomática da participação alheia – que, é um dado adquirido, aos mais diversos níveis e particularmente no discurso político, tem sido objecto de pregação generalizada - mas, objectivamente, para o testemunho de quem, praticando-a, reconhece o valor da formação académica e a importância de uma cultura científica enquanto factores majoradores e de validação do seu alcance e eficácia. No mesmo sentido com que A. Santos Silva entende *Cidadania activa, o que implica informação*

* O presente texto resulta da releitura e actualização da comunicação intitulada – “O geógrafo perante o dilema: a cultura de participação versus a participação da cultura - as relações entre cultura e sociedade” - apresentada na Sessão temática 2: *Cultura, participação e Desenvolvimento* (29 de Novembro), in *IV Jornadas de Geografia e Planeamento - Tecnologias e Culturas*, Guimarães, 28 a 30 de Novembro de 2002. Organização da Secção de Geografia do ICS da Universidade do Minho.

¹ Departamento de Geografia – Universidade do Minho

e conhecimento, capacidade de usar criticamente uma e outro, disposição para tomar a palavra, confrontar argumentos, fundamentar opções. E implica, também, a existência de um espaço público aberto e qualificado e de uma cultura institucional de transparência e prestação de contas, seja no sistema político, seja na administração.

Nesta perspectiva, prescindindo do tradicional hermetismo sujeito-objecto, impõe-se-nos antes de mais esclarecer algumas posturas prévias face ao entendimento dos conceitos que estimulam a nossa intervenção. Pressupondo que não há participação sem cidadania - e o contrário que também é válido - igualmente estamos em crer que não há geografia fora da cidadania. Isto é, ainda que os arquétipos modernos das cartilhas de conduta do cientista e do mapeamento do conhecimento científico dominante continuem a olhar com desconfiança para os entusiasmos crescentes suscitados por solicitações *pós-modernas*² - sobretudo, as que são indexáveis ao húmus político e social - estamos convictos que a geografia enquanto ciência e os geógrafos, em particular, enquanto cientistas, talvez mais do que nunca, estão convocados para este desígnio da nossa contemporaneidade.

A pujança do paradigma científico tutelar, especificamente expresso na sua particular apetência tecnológica - como, aliás, o confirmam o privilégio temático dado às referidas jornadas - subsiste pacificamente adequada à prossecução utilitária da reprodução do modelo económico-social vigente, multiplicando, insuspeitamente, o tipo prevalecente de demandas que vêm sendo impostas ao sistema educativo em geral e à universidade em particular (são ex. os *ratios*, o privilegio à investigação tecnológica, a diluição estratégica ao mercado de trabalho, etc.). Por outro lado, e curiosamente, a tolerância atribuída ao enraizamento de uma cultura política, ainda que *correctamente* transvestida pelo véu periclitante da contemporaneidade, surge-nos também ela igualmente como utilitária ou meramente instrumental. Não tanto pelo seu carácter humanístico, crítico, lúdico, que lhe são intrínsecos, razões que preferencialmente a identificaram ao longo dos tempos, mas, quiçá, muito mais, pela imaginação equívoca decorrente do ascendente nobilitador que sugere proporcionar. A propósito, tomando em conta o valor do património académico herdado para a construção deste sentimento, importa realçar que, das actuais 85 instituições que já existiam no Renascimento com funções similares às mesmas que desempenham nos dias de hoje, 70 são universidades (Kerr: 1982). Sobre a universidade, que conserva ainda o papel de palco institucional do saber científico, recai agora, algo nostálgica, a reverberada função de ser o último reduto aristocratizante num universo democrático que tende a substituir a escala vivencial do indivíduo pela global da multidão. Perante isto prefiguram-se tendências e modos de estar, para os quais, é óbvio, não existem respostas cabais. Contudo, têm o mérito de despertar diversas expressões, ainda que contraditórias, no mínimo passíveis de constituírem desafios para os debates que urge encetar.

Nesta perspectiva não é pois de espantar que o campo da cultura e, particularmente, o da ciência vertido em cultura, ainda que tomados sob as mais amplas asserções, nos surjam como uma espécie de terras de ninguém, subalternizados aos mais diversos deslumbramentos tecnológico-utilitários, quantas vezes para sua própria subversão, encaixados e absorvidos como meras ferramentas do modelo de racionalidade imperante.

Embora as palavras-chave deste painel se possam mais ou menos articular num jogo semântico de conceitos, que também ele serve de ponto de arranque para se tomarem diferentes rumos, como em tantos outros percalços existenciais da vida de um geógrafo, a oportunidade acidental de algumas leituras, no caso necessárias ao suporte das aulas que leccionámos aos cursos de Comunicação Social e de História, proporcionaram o contexto analógico de partida para reflectir sobre os temas propostos.

² usamos aqui o termo apenas no sentido literal da palavra, demarcando-nos de invocar ou propalar qualquer acepção doutrinária ou ideológica que ele naturalmente tende a sugerir.

Invocando Max Weber - ele próprio, tal como A. Comte, E. Durkheim, ou K. Marx, consensualmente aceites como pioneiros da teoria e da praxis da sociologia moderna, autores consagrados do estatuto de cientificidade conquistado por este campo do saber - reportamo-nos a uma das suas mais divulgadas publicações, considerada como fundadora do debate que aqui nos propomos abordar. Consubstanciada em dois escritos complementares entre si, tendo por móbil outras tantas conferências³ dirigidas a estudantes, publicados no ano de 1919, aí se pretendiam desenvolver os temas da ciência e da política enquanto vocações de vida.

Apesar de a leitura proposta, advertidamente, dever ser contextualizada à Alemanha do primeiro quartel do século XX, as conferências de Weber constituem ainda hoje um elemento de referência pertinente, que nos pode ajudar a avaliar a trajectória evolutiva das tensões e dos pontos comuns manifestos entre estas duas condições de acção humana. Mais não bastasse, mereceria todo o interesse reflectir o testemunho de quem logrou ter desbravado a ciência e também exercido a política.

Ainda que os conceitos de ciência e de política, sendo à priori apresentados como dicotómicos, senão até opostos, surjam editorial e sequencialmente associados como uma espécie de extremos balizadores de um suposto espectro de vocações, não se deixa de escamotear a equação dos seus planos de intersecção. De facto, quando o autor procede à análise da ciência como vocação, ainda assim admitindo poder tratar-se de um *pedantismo de economista*, começa logo por enfatizar a importância dos factores externos à própria ciência na produção do saber científico.

Nesse primeiro texto, Weber dirige-se a todos aqueles que tendo concluído os seus estudos superiores pretendam dedicar-se profissionalmente à ciência. Embora circunscreva essa possibilidade ao mundo exclusivo das academias - tal como mais ou menos acontece entre nós, praticamente um século depois⁴ - salienta os critérios do arbítrio e os do acaso na definição dos parâmetros que definem a progressão de uma carreira científica. Na sua óptica, desde o início de actividade, o jovem cientista já então se sujeitava a um conjunto de processos selectivos que o remetiam para uma condição proletarizante consubstanciada na privação do domínio dos seus “meios de produção”. Se é verdade que os factos tendem a incrementar a afirmação de um tipo de *carreirismo* que desvirtuaria os objectivos formais da vocação científica *per se*, também é um facto que a perspectiva da sua sobrevivência passaria, tal como hoje, à ilharga das condições intrínsecas da capacidade de investigação propriamente ditas. A este propósito, já então, e com particular actualidade, Weber equacionava o clássico dualismo, quantas vezes equívoco, entre a função da docência e a da investigação, referindo-se, a propósito, ter sempre desconfiado das *classes* e dos cursos mais procurados, sentenciando até, que o *critério do número de alunos matriculados é tangível de valor* para aferir da qualidade da formação. Para o economista, convertido em sociólogo, a educação científica trata-se, pois, de uma tarefa de *aristocracia espiritual*, quantas vezes inconciliável, acrescentaríamos nós, com a maior parte das finalidades e objectivos utilitários que vêm sendo determinados como factores imprescindíveis à sua justificação.

É interessante, porém, notar que, na tradição formalista do pensamento weberiano, a especialização do saber, sendo considerada como irreversível, pelo facto de fazer daí depender o seu valor, não nega, porém, a incorporação de outras valências que, certamente,

³ “A ciência como vocação” e “A política como vocação”, in Weber, Max - *A ciência e política - duas vocações...opus cit.*

⁴ ou melhor, vai acontecendo, já que na falta de alternativas para se iniciar hoje uma carreira científica em Portugal fora das universidades, o modelo de financiamento que as suporta tende a vedar às novas gerações essa via.

alguns dos seus seguidores mais acérrimos porventura agora tenderiam a subestimar. Para o autor, a natureza das profissões científicas perante tantas contrariedades e exigências, só têm real sentido se forem executadas com humildade e paixão, para que, associadas ao estoicismo intrínseco do próprio trabalho de investigação, sejam capazes de promover o desenvolvimento qualificativo da intuição. Para Weber o trabalho e paixão permitem o desabrochar da intuição, sendo que para a ciência esta é tão importante quanto na arte, ou – acrescentaríamos nós – na própria política. Qual então, poderia ser afinal a postura do homem de ciência perante a sua vocação? Ainda que Weber possa afirmá-lo como objectivo final, a dedicação à ciência pela ciência, mais do que qualquer pragmatismo imediato, pressupõe que *a intelectualização e a racionalização crescentes não equivalem, portanto, a um conhecimento geral crescente acerca das condições em que vivemos*, dizendo, mais adiante, que *a “progressividade” despojada de significação faz da vida um acontecimento igualmente sem significado*.

Como qualquer outro cientista, Max Weber também era um homem do seu tempo. As vicissitudes da efémera república de Weimar evidenciavam já nos meios académicos sinais preocupantes dos trágicos acontecimentos que estavam ainda para vir. Certamente com conhecimento de causa, apontaria, no mesmo propósito, os malefícios nefastos da política dentro da sala de aula, lembrando que uma coisa é tomar posição política prática, e outra é analisar cientificamente as estruturas políticas e as doutrinas partidárias. Todavia, não negou a legitimidade desse desígnio ao docente/investigador, ainda que este só fizesse sentido, se exercido em lugar público, ou através da imprensa, em reuniões ou associações vocacionadas para o efeito. Porque aí sim poderia intervir num lugar onde se exporia à crítica de igual para igual. Saliente-se a propósito, ser esse, talvez um dos grandes equívocos com que se têm defrontado muitos dos nossos académicos que, querendo muitas vezes assumir-se como cidadãos, não são capazes de se libertar, ou simplesmente, não ousam prescindir, do uso do seu ascendente *professoral*.

Neste aspecto a intervenção política, no sentido inverso, é pedagogicamente útil porque as solicitações do debate público democratizam as atitudes e os modos de estar dos cientistas. Em última instância, proporcionam a confrontação com dificuldades inerentes à resolução dos problemas comuns da vida prática. Por outro lado, como afirma A. Santos Silva, a cultura científica, como um *corpo de conhecimentos validados, uma maneira de pensar e agir (...) crítica, sujeita à demonstração da prova, e como um recurso social, cognitivo e operativo*, ao dispor da sociedade, *deve ser encarada e encarecida como uma força democrática – como um factor de democratização*.

No tocante à vocação política, Max Weber releva a sua incontornável relação com a luta pelo poder. Porém, não deixa de categorizar as diferentes justificações que tal senda pode motivar. Estas estendem-se num leque que vai das mais egoístas às mais altruístas. E é sobre a questão do poder que, de algum modo, podemos reintroduzir o fulcro das preocupações centrais de Weber, o problema da racionalidade que se pode sintetizar na *equação dinâmica* entre os fins e os meios.

Se, já então, nos primórdios da afirmação da sociologia, quando se pretendia a todo custo adequar as metodologias do paradigma científico dominante das ciências naturais às ciências sociais, se pode reconhecer a tradição intelectual deste ramo do saber no interesse pela participação social e política dos cidadãos e dos grupos sociais, as dimensões excessivamente nefastas e inadiáveis do correr do século XX, dispensando-nos de evocar os sintomas já manifestos no dealbar deste século que agora lhe sucedeu, têm confirmado, mais do que uma profunda crise, a necessidade e a ousadia para assumir os novos rumos que despontam. Jamais será possível indagar o quer que seja sem reconhecer que *a conversão do progresso em acumulação capitalista transformou a natureza em mera condição de produção. A natureza é cada vez mais um fenómeno social*.

Neste sentido, é um facto que a mais recente produção científica, patente nas mais diversas plataformas do saber, vêm revelando um progressivo *transgressão* disciplinar, que inclusive se expressa já dentro da universidade, regra geral, a instituição mais conservadora no estabelecimento das denominações do saber. Como detectou Boaventura Sousa Santos (1985), os novos conhecimentos progridem tendencialmente ao encontro uns dos outros por meio de galerias temáticas que pulverizam a velha ordem disciplinar. Aliás, entre outros pressupostos é aqui que se forjam muitos dos equívocos atribuídos à universidade em matéria de saídas profissionais.

O caso da geografia, afigura-se-nos redobradamente pertinente, já que, em nossa opinião, a própria natureza do seu património de saber mostra-se avessa a uma corporativização de finalidades, quiçá mesmo à tão propalada “Ordem” de que se fala. A geografia é um domínio do conhecimento que, drenado no âmbito aplicado ou profissionalizante, talvez mais do que qualquer outro ramo científico, é avesso a uma formalização profissional específica. Não que, por uso irónico das palavras, a geografia possa ser mais fecunda na inquietude da (des)ordem epistemológico-profissional, mas porque muitos dos seus contributos mais brilhantes resultam precisamente de uma afirmação reconhecida em campos que, para muitos, chegou sem se fazer anunciar. A geografia poderá ser entendida como uma disciplina de transgressão formal, como um saber vocacionado para o desbravar de novos rumos epistemológicos. Daí que a tensão entre o sentido do seu saber e o ser da sua profissionalização provavelmente constituirá sempre um domínio de incomodidade e de desafio.

No plano metodológico, *sujeito e objecto convergem até à indistinção*, facto este que, ao contrário do passado, deixou de ser um exclusivo somente atribuível às ciências sociais e humanas. Neste princípio de século a racionalidade dual tem esmorecido o seu vigor. Também, no plano de análise de B. S. Santos, até a heresia de uma possível pulverização entre o conhecimento científico e o conhecimento comum, tende a ser uma decorrência da última utopia realista – no seu critério, a utopia *ecológico-democrática*.

A industrialização da ciência e a conseqüente hierarquização das competências dos cientistas deixaram estes, em muitos casos, reféns de uma condição subjugante nas suas relações de trabalho (B. S. Santos: 1985). Nem é preciso dar muitos exemplos. A *talbe de foice* lembramo-nos de um caso algo anedótico, quando testemunhámos um curioso diálogo entre dois líderes partidários. Um deputado querendo ser prestável a determinado autarca defrontado com as objecções do património histórico à expansão imobiliária pretendida, aconselhava-o muito pragmaticamente a contratar um jovem licenciado especialista no assunto. Algo perversamente cumpria assim dois desígnios: caucionava cientificamente a inevitabilidade de uma *opção estratégica* pré-determinada e ganhava o mérito de ter criado mais um emprego científico. Mas casos como estes são passíveis de encontrar nas demais e distintas circunstâncias do saber científico aplicado. A precaridade do trabalho e o desinvestimento nas áreas do saber mais afoitas à problematização das questões sociais e ao exercício do espírito crítico, têm contribuído para desertificação das ideias, têm incrementado um comportamento conformista e receoso, que necessariamente suscita implicações também ao nível das estruturas de inovação, afectando inclusive mesmo as mais formais. Já não se trata somente da alternativa clássica entre a postura de uma *distância crítica* e de um *comprometimento orgânico*, ou, como nos lembra B. S. Santos, o velho dilema entre o *guiar* e o *servir*.

Hoje em dia a presença dos investigadores e dos técnicos no labor de suporte à fundamentação das decisões já não constitui por si só uma garantia de fiabilidade ou de supremacia das práticas de boa conduta. Torna-se necessário admitir novas instâncias de afirmação que passem obrigatoriamente pela consideração das relações entre a ciência,

a cultura, e a política, nas quais a cidadania, claramente, deverá ocupar uma posição de charneira.

O nosso testemunho permite-nos revelar que a participação cívica activa, inicialmente desenvolvida a partir dos domínios que mais directamente estavam relacionados com a formação de base, aos quais se juntaram outros factores acidentais por força de razões valorativas e até afectivas, têm constituído um ponto de partida fundamental de todo um processo, que igualmente tem proporcionado o rasgar de novos horizontes. De facto daí têm advindo contrapartidas gratificantes, não só as que se reportam ao nível de um sentimento do cumprimento de serviço, do inter-relacionamento pessoal, como no aprofundamento de conhecimentos, passando por novas aprendizagens e, até mesmo, inclusive, na oferta de algumas oportunidades de aplicação técnica. Embora este caminho não seja desprovido de tortuosidades, por constituir um campo de luta e afirmação voluntária, suscitador de inúmeras situações de imprevisibilidade e de revés, temos igualmente eco de que no fim alarga a capacidade de difusão da produção científica em que nos inserimos, extensível, naturalmente, ao processo de afirmação profissional dos nossos congéneres.

Voltando de novo a Max Weber, a propósito da política, ainda que esta, no seu dizer, possa comprometer os seus intervenientes *com potências diabólicas que actuam com toda a violência*, estes não deverão constituir motivo de dissuasão à legitimidade e à emergência da praxis participativa, isto desde que se faça com *paixão, sentimento de responsabilidade e sentido das proporções*.

Por fim, resta-nos convidar ao enfrentamento da malfadada crise que se apregoa. Um tipo de crise permanente e desvitalizante, que transmite uma sensação de instabilidade no nosso quotidiano, do género flutuações da bolsa de valores. Tornamo-nos conformados e incapazes de reagir aos estímulos exteriores perante um tipo de crise que, exceptuando o plano individual de cada um, no fundo colectivamente já não indis põe nem tira o sono a ninguém. Habituíamo-nos a viver com ela. Banalizou-se. Como afirmou Walter Benjamim a verdadeira crise, é continuar tudo como está. Ou rematando, como finalizaria Weber, *nada se fez até hoje com base no fervor da espera*. É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia – tanto no campo da vocação, como no da vida comum.

Novembro de 2004

PS: O presente texto enquadra-se na homenagem à Professora Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva, da qual relevo a memória que guardo do final dos anos setenta, quando a conheci e com quem tive a honra de colaborar, enquanto representante dos estudantes de Geografia ao Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras, num período que se distinguiu pela afirmação da Geografia na Universidade do Porto.

Referências bibliográficas:

- Santos, Boaventura Sousa - *Um discurso sobre as ciências*, Ed. Afrontamento, 2ª ed., Porto, 1988
----- - *Pela mão de Alice*, Ed. Afrontamento, Porto, 1994
Silva, A. Santos – *Cultura científica e democracia* – U. Porto, Rev. AAUP, N°13, Set.2004, p. 25
Weber, Max – *Ciência e política – duas vocações* – Ed. Cultrix, S. Paulo, 1970
----- - *O político e o cientista*, Ed. Presença, Bib. Ciências Humanas, Lisboa, 1973